

2017



PLANO DE ATIVIDADES

O GPEARI | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | QUAR | ATIVIDADES PREVISTAS |
RECURSOS HUMANOS | RECURSOS FINANCEIROS | MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

DESPACHO INTERNO N. 477/17/MEF

Approved,

Mário Centeno

22.3.17

Mário Centeno
Ministro das Finanças

GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

15 DE FEVEREIRO DE 2017

Ficha Técnica

Título

Plano de Atividades do GPEARI - 2017

Data

15 | fevereiro | 2017

Endereço

Gabinete de Planeamento, Estratégia e Avaliação e Relações Internacionais
Ministério das Finanças
Avenida Infante D. Henrique, nº1C – 1º
1100 - 278 Lisboa
Telefone: +351 218823390/96
Fax: +351 218823399
URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

ÍNDICE

1.	MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL.....	5
2.	O GPEARI	11
2.1.	MISSÃO, VISÃO E VALORES.....	11
2.2.	ATRIBUIÇÕES.....	12
2.3.	ESTRUTURA ORGÂNICA.....	14
2.4.	UTILIZADORES E INTERLOCUTORES	15
2.5.	SERVIÇOS PRESTADOS.....	17
3.	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	19
4.	QUAR 2017	20
5.	ATIVIDADES PREVISTAS	32
5.1.	TASK FORCE PÓS-PAEF	32
5.2.	DAEP DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO.....	33
5.3.	DPFP DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS	35
5.4.	DPE DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA.....	37
5.5.	DMSPL DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA.....	37
5.6.	DCRI DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	40
5.7.	DADO DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL	44
6.	RECURSOS HUMANOS.....	46
7.	RECURSOS FINANCEIROS	47
8.	MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	48
	ANEXO	49
	ACRÓNIMOS	53

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 ESTRUTURA ORGÂNICA DO GPEARI.....	14
FIGURA 2 UTILIZADORES E INTERLOCUTORES DO GPEARI	16
FIGURA 3 SERVIÇOS DO GPEARI	18

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E OBJETIVOS OPERACIONAIS 2017	28
QUADRO 2 RELAÇÃO ENTRE OBJETIVOS OPERACIONAIS DO GPEARI E OBJETIVOS OPERACIONAIS DAS UNIDADES ORGÂNICAS 2017	29
QUADRO 3 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DA TASK FORCE PÓS-PAEF	32
QUADRO 4 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DO DAEP.....	33
QUADRO 5 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DO DFPF	35
QUADRO 6 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DO DPE.....	37
QUADRO 7 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DO DMSPL.....	38
QUADRO 8 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DO DCRI.....	40
QUADRO 9 OBJETIVOS, INDICADORES, METAS E ATIVIDADES DO DADO	44
QUADRO 10 POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS PARA 2017	46
QUADRO 11 DOTAÇÃO INICIAL DO GPEARI PARA 2016 E 2017	47

1. MENSAGEM DO DIRETOR-GERAL

Portugal tem enfrentado nos últimos anos um contexto económico particularmente exigente, que tem constituído um enorme desafio para a atividade do Ministério das Finanças, em geral, e do GPEARI, em particular, muito especialmente no que respeita ao seu papel no apoio à definição, monitorização e avaliação de políticas públicas, cujo constante escrutínio, quer no plano nacional quer no plano europeu, nomeadamente no quadro das obrigações nacionais decorrentes do Tratado Orçamental¹, obrigam a uma cada vez mais criteriosa e eficiente gestão dos recursos.

Neste contexto, o acompanhamento e monitorização do exercício pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, acordado entre as autoridades portuguesas, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional, continuará a constituir um permanente e exigente desafio para o GPEARI na coordenação da representação portuguesa, em articulação com os diversos gabinetes governamentais, ministérios, serviços e demais entidades públicas envolvidas. Este desígnio surge em paralelo com a prossecução dos compromissos intrínsecos ao cumprimento das regras de governação europeia, avaliados pelos mecanismos europeus regulares de supervisão orçamental e multilateral, que visam dar corpo à integração económica e financeira da União Europeia.

Outro grande desafio do GPEARI em 2017 será a continuação do projeto de quantificação macroeconómica do impacto induzido pelas reformas estruturais, solidificando as metodologias que têm vindo a ser desenvolvidas internamente, em colaboração com outros ministérios, com a academia e com organizações internacionais. Este trabalho reveste-se de particular relevância não só na definição de políticas (nomeadamente no âmbito do Plano Nacional de Reformas) mas também no aperfeiçoamento das medidas já implementadas

¹ Assim habitualmente designado por uma questão de simplicidade linguística, mas cuja designação rigorosa será antes “Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (TECG)”. Este Tratado foi assinado em 2 de março de 2012, pelos Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros da União Europeia e entrou em vigor em 1 de janeiro de 2013, visando reforçar a disciplina orçamental através da introdução de medidas que garantam uma fiscalização mais rigorosa e uma resposta mais eficaz face à emergência de desequilíbrios.

(por exemplo, através da publicação de artigos científicos com a avaliação *ex-post* das medidas em vigor). No futuro, a capacidade desenvolvida pelo GPEARI permitirá também uma identificação e aferição prévia de reformas a implementar, sendo por isso um instrumento de grande importância para a definição de políticas.

Tendo em consideração que o processo de transformação estrutural da economia portuguesa, em curso há vários anos, é um fator determinante para o crescimento sustentado da produtividade e da competitividade externa da economia portuguesa, o GPEARI continuará a ser um membro ativo do Fórum Global para a Produtividade (GFP) da OCDE (designadamente tirando partido do sucesso da 1ª conferência anual do GFP, que teve lugar em Lisboa nos dias 7 e 8 de julho de 2016²), espaço por excelência de partilha de metodologias e das melhores práticas internacionais neste âmbito.

Apostamos, igualmente, na contínua melhoria e desenvolvimento dos instrumentos de acompanhamento da conjuntura económica e de previsão ao dispor deste Gabinete, garantindo a relevância destes contributos para os principais documentos de orientação da política económica, como são o Programa de Estabilidade, o Plano Nacional de Reformas e o Orçamento do Estado. Neste contexto, continuaremos a procurar melhorar o instrumental analítico de acompanhamento e previsão dos principais indicadores macroeconómicos, incluindo os da área das finanças públicas, designadamente por via da contínua melhoria e aperfeiçoamento do modelo macroeconómico de previsão, que contemple o manancial de informação necessária para uma adequada e permanente monitorização da conjuntura económica portuguesa e internacional.

No plano europeu, o GPEARI estará fortemente envolvido nos trabalhos relativos ao aprofundamento da União Económica e Monetária, área em que a Comissão Europeia deverá apresentar o seu livro branco em março de 2017, desencadeando um debate abrangente sobre o futuro da integração europeia.

² <http://www.oecd.org/global-forum-productivity/events/lisbon2016.htm>

Será aqui de destacar a implementação do Plano de Ação para a criação de uma União dos Mercados de Capitais (UMC) e o debate de medidas de reforço da União Bancária (UB) na vertente de redução e partilha de riscos – em particular a discussão da proposta de Regulamento que estabelece o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos – que continuarão a dominar os trabalhos legislativos da Comissão Europeia na área dos serviços financeiros durante o ano. Neste contexto, será importante assegurar que as iniciativas legislativas europeias contribuem efetivamente para o aprofundamento da UMC e da UB e para a estabilidade financeira, por forma a permitir aos agentes económicos portugueses uma maior capacidade de captação de poupança ao nível de toda a UE, também por via da concomitante diversificação das suas fontes de financiamento. Este último aspeto articula-se, aliás, com as iniciativas em curso na nossa área de cooperação e relações internacionais, no sentido de procurar obter maior retorno dos instrumentos financeiros do Banco Europeu de Investimento e do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa como fontes alternativas e complementares de financiamento à economia portuguesa, a custos mais baixos e maturidades mais longas.

O ano de 2017 será ainda marcado pelos trabalhos associados ao *Brexit*, bem como às suas implicações para a UE. O GPEARI é o ponto focal do Ministério das Finanças no Grupo de Trabalho interministerial criado para o efeito, que tem como objetivo assegurar a coerência do posicionamento de Portugal, em especial no âmbito da UE e nos contactos com as entidades britânicas, bem como proceder à identificação do acervo da UE em que se entenda existirem interesses nacionais que deverão ser salvaguardados. Caberá ao GPEARI, em articulação com outros organismos do Ministério e outras entidades relevantes, contribuir para estes objetivos na esfera de competências do Ministério das Finanças.

É ainda de destacar o papel do GPEARI na transposição de Diretivas da UE, assegurando nomeadamente a continuidade do trabalho de negociação a montante e melhor preparando negociações futuras resultantes dos processos de revisão periódica a que esta legislação está sujeita. Também importante é a participação do GPEARI na elaboração de projetos legislativos nacionais relacionados com iniciativas da UE. Este cometimento é especialmente

relevante para se assegurar o cumprimento dos prazos de transposição de um número elevado de dossiês e a coerência das opções a tomar.

Será igualmente de realçar a importância de dar continuidade ao relevante contributo que tem sido dado pelo GPEARI no contexto da alargada e profunda avaliação do regime nacional de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo levado a cabo no âmbito do Grupo de Ação Financeira (GAFI), a qual teve início em 2016 e prosseguirá até outubro de 2017. Durante este período, o GPEARI participará nomeadamente na preparação da visita dos avaliadores ao nosso país, a concretizar em março, e na discussão do relatório de avaliação nacional, a ocorrer em outubro, na reunião plenária do GAFI.

Na área das relações multilaterais, o acompanhamento da participação nacional nas Instituições Financeiras Internacionais continuará a ser norteado pelos objetivos de (i) defender as prioridades da política externa portuguesa, (ii) promover uma política de cooperação estruturante com os países de língua portuguesa (PLP), (iii) potenciar a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais por via do seu relacionamento com estas instituições e (iv) dinamizar o acesso dos agentes económicos nacionais, públicos e privados, ao financiamento em condições vantajosas proporcionado pelas IFI – quer aquelas para as quais Portugal é país de operações (financiando projetos a concretizar no país), como é o caso do Banco Europeu de Investimento (BEI), do Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa e do Banco de Desenvolvimento da América Latina, quer para as restantes, que não operam em Portugal, mas a cujas operações em outros países podem candidatar-se empresas ou consultores portugueses. Pretende-se desta forma maximizar o retorno político e financeiro da participação de Portugal nas referidas instituições, dando particular relevo à continuação e aprofundamento junto das empresas, consultores e banca nacional da agenda de iniciativas de promoção ativa das oportunidades de *procurement* e de investimento existentes neste mercado.

Ao nível das relações bilaterais, o GPEARI continuará a assegurar a coordenação das atividades do Ministério das Finanças na área das relações internacionais, designadamente

através da preparação técnica das Cimeiras e reuniões de Alto Nível com países terceiros. De igual modo, continuará o GPEARi a assegurar a coordenação e o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, ambos vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica nos dois países africanos, assim como para o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE. No domínio da cooperação técnica, procurar-se-á, em particular, dinamizar o apoio à implementação de reformas estruturais ao nível da gestão das finanças públicas nos países de língua oficial portuguesa, quer através de iniciativas de âmbito bilateral (como os Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas), quer de iniciativas que incluam todos os países da CPLP. A intervenção no domínio bilateral tem como finalidade última contribuir para a prossecução dos objetivos de política externa e para alavancar os interesses estratégicos nacionais junto de países terceiros.

Importa ainda referir que, dadas as fortes restrições resultantes do atual enquadramento orçamental para a área de cooperação externa, impõe-se explorar oportunidades e estruturas de cofinanciamento, eventualmente multilateral, permitindo desenvolver atividades nacionais de cooperação e assistência técnica bilateral no âmbito das finanças públicas. Neste sentido, importa também promover a internacionalização das empresas e investidores nacionais, em especial dando continuidade à divulgação e dinamização das oportunidades de negócio existentes fora de Portugal – quer em termos de financiamento, quer de prestação de serviços, aquisição de bens e execução de obras públicas, por via dos projetos financiados pelas Instituições Financeiras Internacionais.

Considerando que a política financeira do Estado para 2017 prevê a implementação de um rigoroso alinhamento entre os orçamentos, planos de atividades e QUAR das entidades públicas com os objetivos estratégicos ministeriais, cabe ao GPEARi o cuidado acompanhamento desta matéria, em particular no Ministério das Finanças.

No plano interno, o GPEARi continuará comprometido com o necessário desenvolvimento dos seus recursos humanos, quer no plano qualitativo quer quantitativo, por forma a dar a

melhor resposta às atribuições que lhe estão cometidas e assegurar o cabal cumprimento da sua missão na prossecução dos valores de excelência e de rigor que constituem o nosso referencial de sempre. De realçar, neste âmbito, o reforço esperado de 14 novos técnicos especialistas em Orçamento e Finanças a decorrer durante o ano de 2017, e que permitirá ao GPEARI dar melhor resposta às suas incumbências.

Face às exigências e desafios presentes, serão implementados ao longo do ano alguns novos mecanismos e instrumentos de organização interna e controlo de gestão – alguns dos quais já iniciados em 2016 –, nomeadamente a promoção de uma rigorosa política interna de controlo da despesa, por via da implementação de mecanismos permanentes de acompanhamento que permitam uma gestão mais eficiente dos processos de despesa, especialmente no que diz respeito às deslocações em serviço.

Ainda no âmbito da organização interna, o ano 2017 será igualmente marcado pela elaboração e implementação de um Manual de Procedimentos Internos, que envolve reengenharia de processos, nomeadamente por via da eliminação de atividades redundantes e maior controlo e acompanhamento dos processos críticos da atividade do GPEARI.

Em geral, o GPEARI continuará ao longo de 2017 a pautar a sua atuação pela prestação de serviços relevantes à tutela – buscando permanentemente a excelência –, bem como pela manutenção no seio dos seus colaboradores de um grande espírito de equipa e comprometimento para com os objetivos organizacionais, sem o que não seria possível garantir o cumprimento deste plano de atividades.

O Diretor-Geral


(Álvaro Matias)

2. O GPEARI

2.1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

- Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira; assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais; acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério

Visão

- Ser reconhecido como um ator de referência na criação de conhecimento para suporte à tomada de decisão
- Servir com inegável competência os interesses do Ministério das Finanças
- Ser um centro de excelência e de valorização de todos os colaboradores

Valores

- Criatividade e partilha do saber**, promovendo a inovação e a capacidade técnica, criando condições para o sucesso do GPEARI
- Excelência e profissionalismo**, adotando uma cultura de autocrítica permanente, premiando e incentivando a competência e as boas práticas
- Rigor e Integridade**, garantindo a qualidade e a base científica da informação produzida e divulgada
- Responsabilidade e sentido de dever**, definindo como prioridade a promoção da imagem e dos interesses de Portugal

2.2. ATRIBUIÇÕES³

- Prestar apoio em matéria de definição e estruturação das políticas, prioridades e objetivos do Ministério das Finanças e contribuir para a conceção e execução da política legislativa do Ministério;
- Apoiar a definição das principais opções em matéria orçamental e assegurar a articulação entre os instrumentos de planeamento, de previsão orçamental, de reporte e de prestação de contas;
- Analisar o impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis macroeconómicas, tendo em vista a programação orçamental de médio prazo;
- Assegurar a elaboração do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, em articulação com os departamentos competentes dos demais ministérios;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento, de programação financeira e de avaliação das políticas e programas do Ministério;
- Garantir a produção de informação adequada, designadamente estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, nas áreas de intervenção do Ministério;
- Coordenar a atividade do MF no âmbito das relações internacionais e com a União Europeia, nomeadamente assegurando o relacionamento institucional com os países estratégicos para Portugal e com as instituições financeiras europeias e internacionais;
- Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação dos serviços no âmbito do MF, coordenar e controlar a sua aplicação e exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas na lei sobre esta matéria;
- Proceder ao levantamento de diplomas que incidam sobre matérias da competência do Ministério que careçam de regulamentação;
- Coordenar a preparação de projetos de diplomas legislativos que adequem o direito

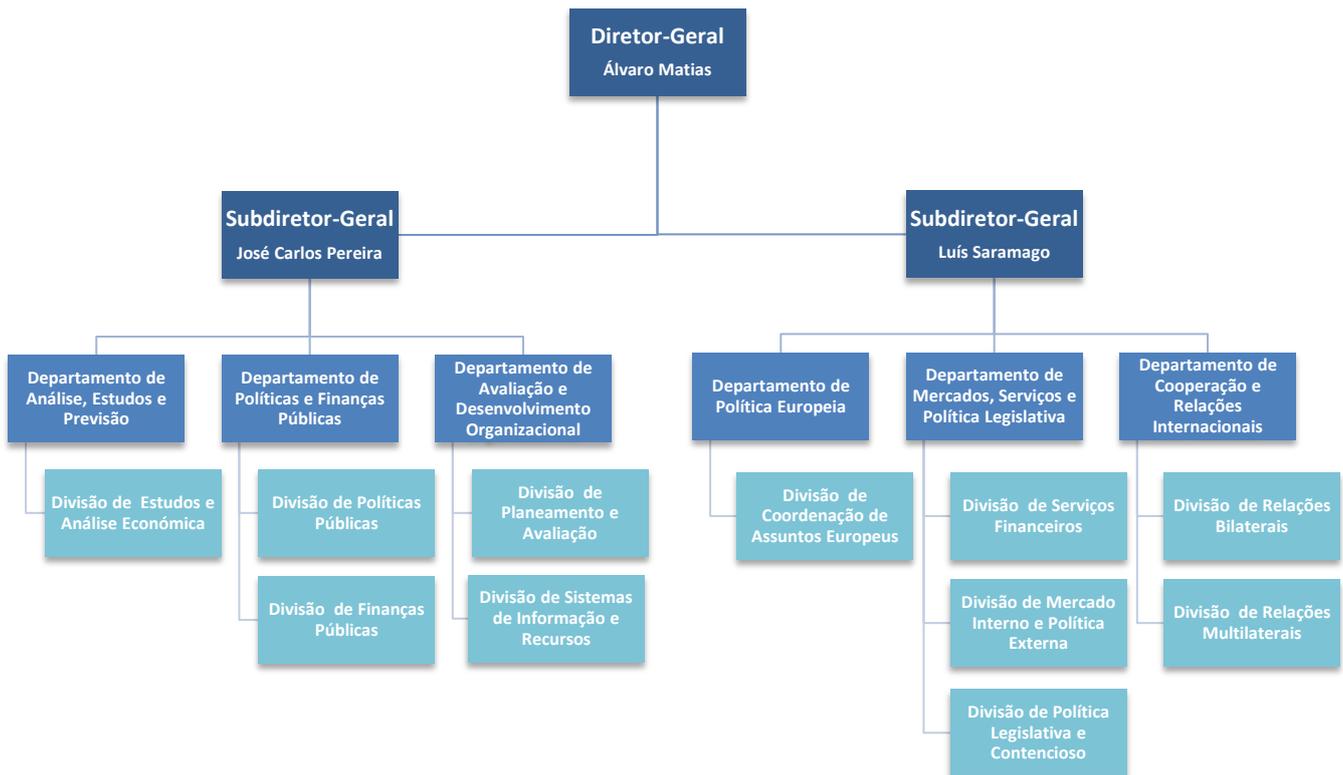
³ Artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 48/2012, de 22 de agosto, na redação do Decreto Regulamentar n.º 3/2015, 15 de abril.

nacional a instrumentos normativos da União Europeia, em matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF, e submetê-los ao membro do Governo competente;

- Coordenar e assegurar o trabalho técnico necessário para dar cumprimento às obrigações que decorram dos procedimentos de governação económica a nível da União Europeia, em articulação com os ministérios, serviços e organismos envolvidos, em particular no que respeita ao Portugal 2020 – Programa Nacional de Reformas, ao Programa de Estabilidade, à Estratégia Europa 2020, à interação para a preparação e monitorização das recomendações específicas, por país, para Portugal e restantes procedimentos e mecanismos integrados no chamado Semestre Europeu, designadamente ao Esboço do Projeto Orçamental;
- Assegurar e coordenar o processo de avaliação e quantificação do impacto macroeconómico das reformas estruturais decididas pelo Governo, envolvendo, se necessário, recursos externos devidamente habilitados e podendo contratar a prestação de serviços necessários para o efeito, com respeito pelas normas de contratação aplicáveis;
- No contexto do acompanhamento da supervisão pós programa de ajustamento macroeconómico a efetuar pela Comissão Europeia, pelo Banco Central Europeu e pelo Fundo Monetário Internacional, compete ainda ao GPEARi servir como entidade técnica de ligação entre o Governo e os representantes destas instituições, centralizando a comunicação e a partilha de informação dos vários ministérios, serviços e organismos envolvidos e promovendo a cooperação e a comunicação entre eles, no âmbito de medidas transversais.

2.3. ESTRUTURA ORGÂNICA⁴

Figura 1 | Estrutura Orgânica do GPEARI



⁴ Decreto-Regulamentar n.º 48/2012 de 22 de agosto, em conjugação com o Decreto-Regulamentar n.º 3/2015, de 15 de abril; Portaria n.º 207/2015, de 15 de julho; Despacho n.º 8792/2015, de 10 de agosto; Despacho n.º 10569/2015, de 23 de setembro; Despacho n.º 10570/2015, de 23 de setembro; Despacho n.º 13452/2015, de 23 de novembro.

2.4. UTILIZADORES E INTERLOCUTORES

O GPEARI é um serviço de apoio à governação do Ministério das Finanças, sendo o principal utilizador dos serviços prestados a equipa dos gabinetes governamentais. Também os restantes organismos do MF são clientes/utilizadores dos serviços do GPEARI. Os gabinetes governamentais e os organismos do MF constituem o que intitulamos de **grupo de utilizadores internos**.

No **grupo dos utilizadores e interlocutores externos** incluem-se outros ministérios e serviços da Administração Pública, o Conselho das Finanças Públicas, a UTAO, organizações e instituições internacionais, tais como diversos serviços da Comissão Europeia, a OCDE, o FMI, o BCE, as Instituições Financeiras Internacionais, os Ministérios das Finanças de países terceiros, designadamente dos países da CPLP e várias entidades do setor privado.

Existem ainda **outros interlocutores** - entidades com as quais o gabinete interage e articula a sua atividade – onde estão inseridos, para além dos que decorrem do acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o Ministério da Economia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, incluindo a REPER em Bruxelas, outras entidades tais como o Instituto Nacional de Estatística, o Banco de Portugal, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, a aicep Portugal Global e ainda Ordens Profissionais e associações do setor financeiro.

Figura 2 | Utilizadores e interlocutores do GPEARi



2.5. SERVIÇOS PRESTADOS

De entre os principais serviços prestados pelo GPEARI, destacam-se:

Elaboração de estudos económico-financeiros e outros documentos de natureza técnica que contribuam para a formulação, o acompanhamento e a avaliação de políticas; e em particular, o Modelo Anual Macroeconómico da Economia Portuguesa, o Modelo Trimestral Macro económico da Economia Portuguesa; o Modelo das Reformas Estruturais o Modelo de Pensões (em articulação com o grupo de trabalho do *Ageing*); a determinação da evolução trimestral e anual do Saldo Global das Administrações Públicas em Contabilidade Nacional

Coordenação da edição e elaboração de contributos para documentos oficiais, entre os quais, as Grandes Opções do Plano, o Programa de Estabilidade, o Relatório que acompanha a Proposta de Lei do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado

Recolha e centralização de informação, preparação de missões e reuniões, coordenação dos vários ministérios e entidades envolvidas e partilha de informação com as entidades internacionais, no âmbito do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, do Semestre Europeu e de outros exercícios associados à participação nacional em instituições internacionais.

Publicações periódicas, disponibilizadas na Internet, das quais se destacam:

- Boletim Mensal de Economia Portuguesa”, publicação mensal dedicada à análise de conjuntura nacional e internacional, contendo análises sobre os principais temas da economia nacional, elaborado em parceria com o Gabinete de Estudos Económicos do Ministério da Economia
- Indicadores Mensais de Conjuntura e Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura
- Notas de Preços, Nota de Indicadores de Curto-Prazo, Nota de Empréstimos e Nota de Comércio Externo
- Cadernos de Finanças Públicas
- Portugal Latest Key Development
- Newsletter da área internacional

Artigos sobre temas diversos, objeto de publicação na página eletrónica do GPEARI

Contributos técnicos e coordenação da posição nacional, no âmbito da participação e colaboração em reuniões, comités e grupos de trabalho de organizações nacionais e comunitárias, Instituições Financeiras Internacionais e Cimeiras ou Grupos de Trabalho Bilaterais

Acompanhamento e participação na Transposição de Diretivas comunitárias que incidam sobre matérias enquadradas nas áreas de atuação do MF

Financiamento e coordenação da execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica com os Países de Língua Oficial Portuguesa e no âmbito da CPLP

Coordenação e participação nos órgãos que asseguram o bom funcionamento do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, vocacionados para a promoção da estabilidade macroeconómica em ambos os países e o fomento das suas relações económicas e financeiras com Portugal e com a UE.

Promoção de iniciativas potenciadoras da internacionalização da economia nacional

Disseminação de informação selecionada sobre oportunidades de *procurement* para empresas e consultores nacionais e informação geral sobre estratégias de abordagem das empresas nacionais ao mercado de *procurement* das IFI

Apoio técnico à implementação do SIADAP 1 e Avaliação do desempenho dos serviços do MF

Acompanhamento e monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas

Coordenação da implementação da política de igualdade de género a nível do ministério

Figura 3 | Serviços do GPEARI



3. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os **Objetivos Estratégicos** para o período 2014-2018 são os seguintes:

OE 1 - Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

OE 2 - Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária.

OE 3 - Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral.

OE 4 - Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus.

4. QUAR 2017

QUAR Quadro de Avaliação e Responsabilização

2017

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

MISSÃO: Garantir o apoio à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional, em articulação com a programação financeira, assegurar, diretamente ou sob sua coordenação, as relações internacionais, acompanhar e avaliar a execução de políticas, dos instrumentos de planeamento e os resultados dos sistemas de organização e gestão, em articulação com os demais serviços do Ministério.

Objectivos Estratégicos

- OE 1. Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.
- OE 2. Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária
- OE 3. Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral
- OE 4. Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus

EFICÁCIA											Ponderação:		50%
O1. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal											Peso:		25%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	-	-	7	10	7	2	4	33%		n.d.	n.d.	n.a.	
IND2. Nº de reuniões organizadas	-	-	138	140	100	20	200	33%		n.d.	n.d.	n.a.	
IND3. Nº de reportes às instituições internacionais	-	-	-	132	160	5	200	34%		n.d.	n.d.	n.a.	
O2. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF											Peso:		25%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND4. Nº de documentos de política económica elaborados	7	7	8	22	15	5	25	40%		n.d.	n.d.	n.a.	
IND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	n.d.	15	22	27	35	5	50	30%		n.d.	n.d.	n.a.	
IND6. Número de reuniões asseguradas	540	585	488	426	550	50	650	30%		n.d.	n.d.	n.a.	
O3. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa											Peso:		20%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	93%	100%	100%	50%	87,5%	7,5%	100%	100%		n.d.	n.d.	n.a.	
O4. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais											Peso:		20%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND8. Nº de iniciativas que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	9	10	11	5	9	1	15	40%		n.d.	n.d.	n.a.	
IND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	-	76%	83%	81%	80%	10%	100%	60%		n.d.	n.d.	n.a.	
O5. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental											Peso:		10%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND10. N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	343	313	395	302	350	25	400	100%		n.d.	n.d.	n.a.	
EFICIÊNCIA											Ponderação:		25%
O6. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas											Peso:		100%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	-	98%	98,1%	99%	98,00%	0,50%	100%	100%		n.d.	n.d.	n.a.	
QUALIDADE											Ponderação:		25%
O7. Promover a projeção externa do GPEARI											Peso:		100%
INDICADORES	2013	2014	2015	Realizado 30.09.2016	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO FINAL		
IND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	4,28	4,10	4,40	n.d.	4,20	0,20	5	50%		n.d.	n.d.	n.a.	
IND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	4,13	4,00	4,23	n.d.	4,10	0,10	5	50%		n.d.	n.d.	n.a.	

Taxa de Realização Parâmetros e Objetivos					Objectivos mais relevantes (vide Instruções)	
	Planeado	Realizado	Taxa de Realização Parâmetros/Objetivos	Classificação	Ponderação	Identificação
EFICÁCIA						
01. Assegurar a coordenação e acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	25%				12,50%	R
02. Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	25%				12,50%	R
03. Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	20%				10,00%	
04. Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais	20%				10,00%	
05. Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	10%				5,00%	
EFICIÊNCIA						
06. Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	100%				25,00%	R
QUALIDADE						
07. Promover a projeção externa do GPEARI	100%				25,00%	R
TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	100%				75,00%	

Indicadores	Fonte de Verificação	Justificação do Valor Crítico
ND1. Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos de apoio à decisão política
ND2. Nº de reuniões organizadas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force Nota metodológica: Inclui Reuniões preparatórias, reuniões com outros Ministérios e reuniões com as Instituições Internacionais	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de reportes no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
ND3. Nº de reportes às instituições internacionais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos Task Force Nota metodológica: Inclui os documentos de reporte acordados no memorando de acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal - Data Provision, Week Development e outros de natureza diversa.	O valor crítico reflete a incerteza relativa ao número de documentos no âmbito de um eventual programa de ajustamento caudal
ND4. Nº de documentos de política económica elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP; DFPF; Nota metodológica: Inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração de: Grandes Opções do Plano para 2018; Programa de Estabilidade; Conta Geral do Estado 2016; Relatório do Orçamento do Estado para 2018; Programa Nacional de Reformas; Balanço da participação de Portugal na UE; Outros documentos de enquadramento solicitados pelos Gabinetes Governamentais	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND5. Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP; DFPF Nota metodológica: Inclui documentos de análise técnica e de apoio à decisão política.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND6. Número de reuniões asseguradas	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP; DFPF; DPE; DMSPL Nota metodológica: Inscrevem-se neste indicador a representação do GPEARI e do Ministério das Finanças, em fóruns nacionais, europeus e internacionais, através da preparação e/ou participação em reuniões.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND7. Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em fase de implementação - o PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF, ambos de âmbito CPLP	Grau máximo de execução
ND8. Nº de iniciativas que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Engloba as iniciativas propostas pelo GPEARI que contribuem para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND9. Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das FI (%)	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DCRI Nota metodológica: Ajudado através do resultado da aplicação de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa das entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aicop Portugal Global.	Grau máximo de utilidade
ND10. Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP; DFPF; DCRI Nota metodológica: Engloba um conjunto de publicações e relatórios estatísticos representativos da atividade do GPEARI em matéria de produção e divulgação de informação económico-financeira e orçamental, periodicidade diária, mensal e trimestral.	Número considerado de excelência, face aos meios existentes
ND11. Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	AMIG (Aplicação de Monitorização dos Instrumentos de Gestão) - registos DAEP; DFPF; DCRI; DMSPL; DADO; DPE Nota metodológica: Inclui as solicitações com prazo estabelecido e com prazo implícito (a partir do qual a resposta é considerada extemporânea ou desnecessária).	Percentagem máxima de solicitações respondidas.
ND12. Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.	Grau máximo de satisfação
ND13. Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	Relatório de análise dos resultados dos questionários de satisfação a aplicar aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARI.	Grau máximo de satisfação

Recursos Humanos											
DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS		REALIZADOS						DESVIO	Taxa de Execução
		Efetivos	Pontos	30-jun		30-set		31-dez			
Dirigentes - Direcção superior	20	3	60		0		0		0		
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa	15	15	240		0		0		0		
Técnico Sup. Especialista de Orç. e Finanças e Tec. Superior	12	49	588		0		0		0		
Coordenador Técnico	9	1	9		0		0		0		
Técnico de Informática	9	3	27		0		0		0		
Assistente Técnico	8	4	32		0		0		0		
Assistente Operacional	5	1	5		0		0		0		
Total		76	961	0	0	0	0	0	0	0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:	31-12-2013	Previsto 31-12-2014	Realizado 31-12-2014	Previsto 31-12-2015	Realizado 31-12-2015	Previsto 31-12-2016	Realizado 31-12-2016	Previsto 31-12-2017	Realizado 30-06-2017	Realizado 31-12-2017	Desvio face a 31-12-2016
		40	49	44	73	55	75		76	0	0

Recursos Financeiros							
DESIGNAÇÃO	INICIAL	CORRIGIDO	EXECUÇÃO			SALDO	Taxa de Execução
			30-06-2017	30-09-2017	31-12-2017		
Orçamento de funcionamento	€ 3.361.118,00	€ -	€ -	€ -	€ -		
Despesas com Pessoal	€ 2.927.876,00						
Aquisição de Bens e Serviços	€ 386.220,00						
Outras despesas correntes	€ 10.522,00						
Aquisição de bens de capital	€ 36.500,00						
PIDDAC	€ -	€ -	€ -	€ -	€ -		
TOTAL	€ 3.361.118,00	€ -	€ -	€ -	€ -		

De acordo com os objetivos estratégicos definidos, fixaram-se os seguintes objetivos operacionais para 2017:

OBJETIVOS DE EFICÁCIA

O1. ASSEGURAR A COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PÓS-PROGRAMA DE AJUSTAMENTO ECONÓMICO E FINANCEIRO DE PORTUGAL

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 1	Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	10	[5;9]	4

Após a realização de cada missão de acompanhamento e monitorização do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, o GPEARi elabora um Relatório, o qual contém todos os assuntos tratados durante a missão, o ponto de situação, os pontos pendentes e críticos. Este ano o GPEARi prevê a realização de pelo menos duas missões de acompanhamento.

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 2	Nº de reuniões organizadas	140	[80;120]	200

Este indicador reflete o número de reuniões organizadas pelo GPEARi com os ministérios e demais entidades relevantes no âmbito das missões de acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal, nomeadamente as Instituições Internacionais envolvidas na avaliação e monitorização. Inclui ainda um conjunto de reuniões preparatórias. Para 2017, estão previstas duas Missões regulares, todavia, tal como em 2016 (o que justifica o elevado número de reuniões reportadas no final do terceiro trimestre de 2016) poderão ocorrer missões extra-plano.

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 3	Nº de reportes às instituições internacionais	132	[155;165]	200

Este indicador traduz um conjunto de reportes regulares (semanais, mensais, trimestrais e semestrais) de informação às instituições internacionais, nos termos do “*Agreement on Data Provision*”, bem como o progresso dos processos em curso.

02. REFORÇAR O APOIO TÉCNICO À ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE POLÍTICA E À FORMULAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE POLÍTICAS ECONÓMICO-FINANCEIRAS DO MF

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 4	Nº de documentos de política económica elaborados	22	[10;20]	25

Este indicador inclui trabalhos de coordenação e participação na elaboração de documentos de política económica, tais como:

- Grandes Opções do Plano para 2018;
- Programa de Estabilidade;
- Conta Geral do Estado 2016;
- Relatório do Orçamento do Estado para 2018;
- Programa Nacional de Reformas;
- Balanço da participação de Portugal na UE.

Inclui, ainda, um conjunto de outros documentos de enquadramento solicitados pelos Gabinetes Governamentais.

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 5	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	27	[30;40]	50

Os documentos de análise técnica e de apoio à decisão política incluídos neste indicador são:

- Documentos de análise do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e a elaboração de projeções das principais variáveis macroeconómicas;
- O desenvolvimento do Modelo de Reformas Estruturais, do Modelo Macroeconómico da Economia Portuguesa, do Modelo de Consumo Público e do Modelo de Projeções Fiscais, entre outros;
- Documentos de apoio à decisão política sobre várias temáticas.

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 6	Número de reuniões asseguradas	426	[500;600]	650

Neste indicador engloba-se a representação e/ou preparação de um vasto conjunto de reuniões:

▪ Reuniões Comunitárias:

- ECOFIN, Eurogrupo, Comité Económico e Financeiro (titulares e suplentes), *Eurogroup Working Group, Task Force on Coordinated Action*, Conselho Europeu e Briefings com as Embaixadas europeias presentes em Lisboa;
- Reuniões bilaterais com a Comissão Europeia no âmbito do Semestre Europeu;
- Grupos de trabalho do Comité Económico e Financeiro: Sub-Committee on IMF Issues e Subcomité de Estatística;
- Comité de Política Económica, e Grupos de Trabalho (*Ageing Population and Sustainability Working Group, Output Gap Working Group, LIME Working Group, Economic Forecasts*)
- Grupos de Trabalho da União Europeia na área financeira (*Financial Services Committee, Grupo Serviços Financeiros, Grupos de peritos da Comissão Europeia*).

▪ Reuniões Internacionais:

- Reuniões no âmbito do Artigo IV do FMI;
- OCDE (Comité de Política Económica, *Short – Term Economic Prospects*; Comité de Mercados Financeiros, Reunião Ministerial, Global Strategy Group, Missão técnica no âmbito da elaboração do *Survey* de Portugal e outros grupos de trabalho);
- ASEM;
- Organização Mundial do Comércio;
- Tribunal de Justiça da União Europeia;
- Reuniões com agências de *rating* e com investidores.

- Reuniões Nacionais:
 - Banco de Portugal;
 - Conselho Económico e Social;
 - INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN) e GT C.S. Saúde;
 - CIAE a nível técnico e preparação de reuniões da CIAE a nível político;
 - CIPE;
 - Comissão Nacional para os Direitos Humanos;
 - Comissão de Coordenação das Políticas de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo;
 - Outras reuniões de coordenação MNE/outros Ministérios setoriais/outras entidades.

03. PROMOVER UMA POLÍTICA DE COOPERAÇÃO ESTRUTURANTE NOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 7	Grau de execução médio dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica	50%	[80%;95%]	100%

O indicador traduz o nível médio de execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em fase de implementação - o PICAT Aduaneiro e o PICAT IGF, ambos de âmbito CPLP.

04. CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS PORTUGUESAS, CONSULTORES E BANCA NACIONAIS E PARA O ACESSO AO FINANCIAMENTO DA ECONOMIA NACIONAL ATRAVÉS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 8	Nº de iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito do mercado das multilaterais	5	[8;10]	15

Este indicador engloba as iniciativas propostas pelo GPEARi que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional, entre elas a realização de seminários e missões empresariais coordenadas com a aicep Portugal Global no âmbito do Acordo de Parceiros que existe entre ambas as instituições.

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 9	Grau de utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais na sua abordagem aos mercados das IFI (%)	81%	[70%;90%]	100%

Pretende-se avaliar a utilidade e adequação das iniciativas e seminários/missões empresariais às necessidades das empresas, consultores e banca nacionais, na sua abordagem aos mercados das IFI, através da realização de entrevistas estruturadas a uma amostra representativa daquelas entidades que tenham participado nos eventos organizados conjuntamente pelo GPEARI e pela aicep Portugal Global.

Esta avaliação permite não só estabelecer um mecanismo de *feedback* relativamente à qualidade dos serviços prestados, mas também consolidar o diálogo com uma amostra de empresas nacionais mais internacionalizadas e ativas no mercado das IFI.

05. GARANTIR A DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA, MACROFINANCEIRA E ORÇAMENTAL

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 10	N.º de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	302	[325;375]	400

Este indicador engloba um conjunto de publicações e relatórios estatísticos representativos da atividade do GPERI em matéria de produção e divulgação de informação económico-financeira e orçamental relevante:

- Boletim Mensal da Economia Portuguesa;
- Dossier de Indicadores de Conjuntura (mensal);
- Síntese Diária dos Indicadores de Conjuntura;
- Dossier de Finanças Públicas - Portugal e Comparações Internacionais;
- Notas (Comércio Externo, Indicadores Coincidentes, Empréstimos e Taxas de Juro, Preços);
- Nota Económica de Curto Prazo (*Flash*);
- Portugal *Latest Key Development*;
- *Newsletter* da área internacional.

OBJETIVOS DE EFICIÊNCIA

06. ASSEGURAR A RESPOSTA ATEMPADA A SOLICITAÇÕES EXTERNAS

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 11	Percentagem de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	99%	[97,5%;98,5%]	100%

O indicador traduz a percentagem de solicitações externas que são respondidas dentro do prazo fixado, evidenciando a importância atribuída à tempestividade da resposta às solicitações que são dirigidas ao Gabinete.

OBJETIVOS DE QUALIDADE

07. PROMOVER A PROJEÇÃO EXTERNA DO GPEARi

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 12	Grau de satisfação dos gabinetes governamentais (escala de 1 a 5)	n.d.*	[4,0;4,4]	5

* Em 2015 o resultado foi de 4,40.

Este indicador reflete o resultado dos questionários de satisfação a aplicar aos gabinetes da equipa política do Ministério das Finanças.

INDICADORES		RESULTADO SET.2016	META 2017	VALOR CRÍTICO
IND. 13	Grau de satisfação dos utilizadores (escala de 1 a 5)	n.d.*	[4,0;4,2]	5

* Em 2015 o resultado foi de 4,23.

O indicador traduz o resultado dos questionários de satisfação realizados aos principais interlocutores e utilizadores dos serviços do GPEARi.

Quadro 1 | Relação entre Objetivos Estratégicos e Objetivos Operacionais 2017

			Objetivos Estratégicos do QUAR 2016 do GPEARI					
			OE 1.	OE 2.	OE 3.	OE 4.		
Objetivos Estratégicos e Operacionais do QUAR 2016 do GPEARI			Assegurar o acompanhamento e coordenação da monitorização Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro nas vertentes macroeconómicas e de finanças públicas, a efetuar pela Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional	Assegurar a operacionalização dos requisitos decorrentes da nova legislação europeia ao nível da supervisão orçamental, da coordenação das políticas económicas, da governação económica e do processo de criação da União Bancária	Assegurar a coordenação das atividades de cooperação bilateral e multilateral	Assegurar a adequada coordenação dos interesses nacionais em fóruns internacionais e particularmente europeus		
Objetivos Operacionais do QUAR 2016 do GPEARI	Eficácia	001	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	●				
		002	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		●		●	
		003	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa			●		
		004	Contribuir para a internacionalização das empresas portuguesas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional através das Instituições Financeiras Internacionais			●		
	Qualidade	Efiência	005	Garantir a disponibilização de informação estatística macrofinanceira e orçamental	●	○		○
			006	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	●	●	●	●
			007	Promover a projeção externa do GPEARI	●	●	●	●

Legenda:

- Contributo direto
- Contributo indireto

Quadro 2 | Relação entre Objetivos Operacionais do GPEARI e Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas 2017

Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas	Objetivos Operacionais do QUAR 2017 do GPEARI						
	001	002	003	004	005	006	007
	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	Contribuir para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional por via, Instituições Financeiras Internacionais	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	Promover a projeção externa do GPEARI
TASK FORCE PPS PPM							
TF.OO.01 Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	●						
TF.OO.02 Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	●						
DAEP							
DAEP.OO.01 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		●				○	○
DAEP.OO.02 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)		●				○	○
DAEP.OO.03 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		●				○	○
DAEP.OO.04 Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental					●		
DAEP.OO.05 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas						●	
DAEP.OO.06 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●
DPFP							
DPFP.OO.01 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF		●				○	○
DPFP.OO.02 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)		●				○	○
DPFP.OO.03 Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental					●		
DPFP.OO.04 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas						●	
DPFP.OO.05 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●

Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas	Objetivos Operacionais do QUAR 2017 do GPEARI						
	OO1	OO2	OO3	OO4	OO5	OO6	OO7
	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	Contribuir para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional por via, Instituições Financeiras Internacionais	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	Promover a projeção externa do GPEARI
DPE							
DPE.OO.01 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)		●				○	○
DPE.OO.02 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		●				○	○
DPE.OO.03 Assegurar a resposta atempada a solicitações						●	
DPE.OO.04 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●
DMSPL							
DMSPL.OO.01 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)		●				○	○
DMSPL.OO.02 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE		●				○	○
DMSPL.OO.03 Assegurar a resposta atempada a solicitações						●	
DMSPL.OO.04 Melhorar a projeção externa do GPEARI	○	○	○	○	○	○	●
DCRI							
DCRI.OO.01 Assegurar a execução dos Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica e outros Acordos bilaterais			●			○	○
DCRI.OO.02 Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e do acesso ao financiamento da economia nacional no âmbito das IFI			○	●		○	○
DCRI.OO.03 Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais			●	●		○	○
DCRI.OO.04 Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional			○	○			○
DCRI.OO.05 Assegurar a resposta atempada a solicitações						●	
DCRI.OO.07 Melhorar a projeção externa do GPEARI			○	○		○	●

Objetivos Operacionais das Unidades Orgânicas	Objetivos Operacionais do QUAR 2017 do GPEARI						
	OO1	OO2	OO3	OO4	OO5	OO6	OO7
	Assegurar a coordenação e acompanhamento do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	Promover uma política de cooperação estruturante nos países de língua oficial portuguesa	Contribuir para a internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais e para o acesso ao financiamento da economia nacional por via, Instituições Financeiras Internacionais	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	Promover a projeção externa do GPEARI
DADO							
DADO.OO.01 Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios		○					○
DADO.OO.02 Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	○	○	○	○	○	○	○
DADO.OO.03 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas		○					
DADO.OO.04 Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF		○					○
DADO.OO.05 Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	○	○	○	○	○	○	○
DADO.OO.06 Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	○	○	○	○	○	○	○
DADO.OO.07 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas						●	
DADO.OO.08 Melhorar a projeção externa do GPEARI							●

5. ATIVIDADES PREVISTAS

Neste ponto elencam-se as principais atividades desenvolvidas pela Task-Force pós-PAEF⁵ e por cada Departamento na prossecução dos objetivos estratégicos e atribuições do Gabinete, apresentando-se para cada um os respetivos objetivos operacionais, indicadores e metas.

5.1. TASK FORCE PÓS-PAEF

Quadro 3 | Objetivos, indicadores, metas e atividades da Task Force Pós-PAEF

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
O1 Assegurar a disponibilização de informação de reporte no âmbito do Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	50%	I1 Prazo médio para apresentação dos Relatórios Técnicos de reporte das missões, contado a partir do último dia de cada missão semestral (dias)	[5;9]	40%	*Elaborar Relatórios de cada Missão do pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal.
		I2 Prazo de disponibilização do <i>scoreboard</i> ao Gabinete do Ministro (horas)	[6;8]	60%	*Elaborar documento de resumo das diversas reuniões, enviado em Gabinete do Ministro das Finanças no período anterior ao de realização da reunião final.
O2 Coordenar o Acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal	50%	I3 Nº de reuniões organizadas	[80;120]	50%	*Organizar reuniões com as instituições internacionais e com os ministérios/entidades relevantes no âmbito das missões, bem como com estes últimos em termos de monitorização regular dos processos em curso.
		I4 Nº de reportes às instituições internacionais	[155;165]	50%	*Elaborar de reportes regulares (semanais/mensais/trimestrais/semestrais) de informação às instituições internacionais, de acordo com o <i>Agreement on Data Provision</i> , bem como com o progresso dos processos em curso.

⁵ No âmbito das novas atribuições cometidas ao GPEARI de coordenação do acompanhamento do Pós-Programa de Ajustamento Económico e Financeiro de Portugal foi criada uma task force para assegurar a organização e participação nas reuniões com as instituições internacionais e a disponibilização de informação de reporte.

5.2. DAEP | DEPARTAMENTO DE ANÁLISE, ESTUDOS E PREVISÃO

Quadro 4 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DAEP

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades	
OO1 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	45%	11	Nº de documentos de política económica elaborados em colaboração	[8;12]	35%	*Elaborar contributos para o Documento de Estratégia Orçamental, Grandes Opções do Plano, Orçamento do Estado, Conta Geral do Estado, Plano Nacional de Reformas *Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas económico-financeiras
		12	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[16;24]	35%	*Elaborar documentos de análise económica, de acordo com solicitações superiores ou por <i>motu proprio</i> . Elaboração de estudos e documentos de trabalho.
		13	Número de reuniões asseguradas	[20;30]	30%	*Preparar e participar em reuniões no âmbito da Troika, Artigo IV do FMI, Agências rating e Banco de Portugal *Preparar e participar em reuniões no âmbito do Conselho Económico e Social e do CSE do INE (Secções Permanentes, GT Macroeconómicas, GT FUESEN)
OO2 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	5%	14	Número de reuniões asseguradas	[5;9]	100%	*Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, LIME, previsões económicas
OO3 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	15	Número de reuniões asseguradas	[5;7]	100%	*Preparar reuniões da OCDE (Comité de Política Económica, GT Nº1, GT Previsões Curto prazo) Fórum da Produtividade

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO4 Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	15%	I6 Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[335;355]	100%	*Elaborar a síntese diária de Indicadores de Conjuntura, Notas sobre Comércio Externo, Previsões das Instituições, Empréstimos e taxas de juro, nota económica de curto prazo e síntese de indicadores interna; *Elaborar, em colaboração, o BMEP, o dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development;
OO5 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	25%	I7 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	
OO6 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I8 Grau de satisfação dos utilizadores do DAEP	[4;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

5.3. DPFP | DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS E FINANÇAS PÚBLICAS

Quadro 5 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DPFP

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades	
OO 1 Reforçar o apoio técnico à elaboração de instrumentos de política e à formulação e acompanhamento de políticas económico-financeiras do MF	50%	I1	Nº de documentos de política económica elaborados	[8;12]	35%	*Elaborar contributos, essencialmente para o Programa de Estabilidade, Orçamento do Estado e Conta Geral do Estado. *Elaborar documentos técnicos de suporte a decisões em matéria de políticas e finanças públicas.
		I2	Nº de documentos de análise técnica e de apoio à decisão política elaborados	[16;20]	35%	*Elaborar análises do impacto da evolução dos agregados macroeconómicos relevantes na gestão e controlo da política fiscal e orçamental e elaborar projeções das principais variáveis orçamentais; *Elaborar <i>policy papers</i> relacionados com a sustentabilidade das finanças públicas, direcionados para os decisores políticos do MF; *Elaborar a previsão trimestral do défice das Administrações Públicas; Atualizar o Modelo Macroeconómico da Economia Portuguesa por subsector das Administrações Públicas e aprofundar as Projeções da Receita Fiscal.
		I3	Número de reuniões asseguradas	[17;23]	30%	*Preparar e participar em reuniões no âmbito das missões PPS/PPM, Artigo IV do FMI, Agências rating/Bancos de Investimento, OCDE, Banco de Portugal, Conselho das Finanças Públicas e Grupo de Trabalho das Administrações Públicas. *Preparar e participar em reuniões de trabalho conjunto com o INE: GT C.S. Saúde, projeções da população e da responsabilidade do sistema de pensões (tabela 29 SEC2010).

	Objetivos	Peso do Objetivo		Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO 2	Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económicas e de política orçamental).	15%	14	Número de reuniões asseguradas	[6;10]	25%	*Preparar e representar o MF nas reuniões dos grupos de trabalho do CPE: output gap, AWG, Subcomité de Estatísticas do EFC e outras consideradas necessárias.
			15	Nº de relatórios produzidos	[1;3]	75%	*Elaborar a <i>country-fiche</i> de PT e a colaboração no Relatório do Envelhecimento da População (2018): metodologia e resultados.
OO 3	Garantir a disponibilização de informação estatística, macrofinanceira e orçamental	10%	16	Nº de publicações e relatórios estatísticos disponibilizados	[25;35]	100%	*Elaborar o Dossier Finanças Públicas e de Comparações Internacionais; Elaborar, em colaboração, o BMEP, o Dossier de Indicadores Conjuntura e o Portugal Latest Key Development.
OO 4	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	20%	17	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	*Elaborar documentos de apoio à definição da posição nacional no âmbito da governação orçamental europeia. *Elaborar documentos diversos de apoio aos gabinetes ministeriais.
OO 5	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	18	Grau de satisfação dos utilizadores do DPFP	[4,0;4,2]	40%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>
			19	Formações/seminários finanças públicas assegurados	[2;4]	60%	*Realizar seminários na área das políticas e finanças públicas.

5.4. DPE | DEPARTAMENTO DE POLÍTICA EUROPEIA

Quadro 6 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DPE

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades	
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Questões Económico-Financeiras)	45%	I1	Número de reuniões asseguradas	[100;110]	75%	* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CPE, CEF, CEF Alternates, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa *Preparar e participar em reuniões de Grupos de Trabalho do CEF (SCMIF, etc) *ESM BoD, ESM BoG, ESM Liason Committee, ESM outras *Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (CIAE, Grupo de Trabalho sobre o Brexit,etc.)
		I2	Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[10;14]	25%	*Reuniões do PPS-PPM, Artigo IV do FMI
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	20%	I3	Número de reuniões asseguradas	[4;6]	100%	*Preparar reuniões da OCDE (Reunião Ministerial, Comité de Política Económica, Exames da OCDE e reuniões sobre produtividade)
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	30%	I4	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	* Desenvolver trabalhos relativos à governance do FMI * Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Estratégia Europa 2020 * Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, Questões relacionadas com o euro, etc) * Responder a questionários OCDE sobre temas específicos e desenvolver outros trabalhos * Outros pedidos
OO4 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	I5	Grau de satisfação dos utilizadores do DPE	[4,0;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

5.5. DMSPL | DEPARTAMENTO DE MERCADOS, SERVIÇOS E POLÍTICA LEGISLATIVA

Quadro 7 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DMSPL

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO1 Apoiar a definição de linhas estratégicas e prioridades de intervenção do MF e assegurar a coordenação no âmbito das Políticas Europeias (Mercado Interno, Política Legislativa Europeia, Política Externa Europeia)	45%	I1 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[70;80]	40%	* Preparar reuniões do ECOFIN, Eurogrupo, CEF, CEF Alternates, CPE, Conselho Europeu e Briefings às Embaixadas europeias em Lisboa *Preparar e/ou representar o MF nas reuniões da CIAE e CIPE
		I2 Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[292;352]	60%	* Preparar e/ou representar o MF em reuniões de Grupos de Trabalho e Comitês da UE na área financeira (Task Force on Coordinated Action, Financial Services Committee, L2 Committees, Expert groups, Grupo Serviços Financeiros, workshops de transposição, grupos ad-hoc, etc) * Preparar e/ou representar o MF em reuniões internacionais (ASEM, OMC, TJUE, etc.) * Preparar e/ou representar o MF participar em reuniões nacionais (Comissão BC/FT, CNDH, reuniões MNE e MF)
OO2 Apoiar a ação do MF no âmbito da OCDE	5%	I3 Número de reuniões asseguradas em colaboração com outros Departamentos	[1;3]	20%	*Preparar Reunião Ministerial e/ou outras
		I4 Número de reuniões asseguradas pelo Departamento	[2;6]	80%	* Preparar reuniões (Comité dos Mercados Financeiros e Advisory Task Force on the Codes)
OO3 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	45%	I5 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;98,5]	100%	* Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito do Mercado Interno Europeu (estratégia para o mercado interno, mercados e serviços financeiros, direito das sociedades, mercados públicos, fiscalidade, questões aduaneiras, auxílios do Estado, etc.) *Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Externa Europeia (Comité de Política Comercial, questões multilaterais (OMC), questões regionais e bilaterais (Grupo EFTA, Grupo Alargamento, Grupo Balcãs Ocidentais, ACP, América do Norte, América Latina, Ásia, Mediterrâneo e Médio Oriente), etc.) *Desenvolver trabalhos de coordenação no âmbito da Política Legislativa Europeia (contencioso e pré-contencioso da UE, EU-Pilot e Solvit, transposição ou aplicação da legislação da UE na ordem jurídica interna, sanções financeiras internacionais e

	Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
						combate ao financiamento do terrorismo e branqueamento de capitais, convenções e protocolos, etc.) *Outros trabalhos (Balanço de PT na UE, etc.)
OO4	Melhorar a projeção externa do GPEARi	5%	I6 Grau de satisfação dos utilizadores do DMSPL	[4,0;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

5.6. DCRI | DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Quadro 8 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DCRI

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO1 Assegurar a execução dos programas de cooperação e assistência técnica e outros acordos bilaterais	20%	11 Grau de execução dos PICAT (%)	[80%;95%]	30%	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver ações no âmbito do papel de coordenador e financiador dos Programas de Cooperação Técnica (PICAT Aduaneiro, PICAT IGF, PIPATFin TL), mediante a disponibilização de recursos, quer financeiros, quer humanos, para o efeito. - Explorar oportunidades e estruturas de cofinanciamento multilateral para financiar atividades nacionais de cooperação e assistência técnica bilateral no âmbito das finanças públicas. - Estimular a realização de outras iniciativas, no âmbito da CPLP, na esfera de competências do Ministério das Finanças, como forma de aprofundar a cooperação económica e financeira entre os Estados-membros, designadamente a realização: <ul style="list-style-type: none"> * da Reunião de Ministros das Finanças; * do II Fórum de Instituições do Tesouro e Gestoras da Dívida Pública no âmbito da CPLP; * de Seminários nas áreas fiscal e aduaneira.
		12 Nº de relatórios de conjuntura macroeconómica elaborados no âmbito dos Acordos de Cooperação Económica e Cambial	[4;6]	70%	<ul style="list-style-type: none"> Assegurar a execução do Acordo de Cooperação Cambial com Cabo Verde e do Acordo de Cooperação Económica com São Tomé e Príncipe, designadamente através: <ul style="list-style-type: none"> * do desenvolvimento de trabalhos técnicos de avaliação periódica da conjuntura macroeconómica e da implementação de reformas estruturais nos países parceiros ao nível das respetivas Unidades de Acompanhamento Macroeconómico, em colaboração com o Banco de Portugal, e * da representação do Ministério das Finanças nas Comissões responsáveis pelo funcionamento dos referidos Acordos.

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO2 Promover iniciativas que contribuam para a internacionalização das empresas portuguesas no âmbito do mercado das multilaterais e para o financiamento da economia nacional	20%	I3 Nº de seminários de divulgação de oportunidades de negócio e missões empresariais organizadas	[8;10]	100%	<p>* Dinamizar o conhecimento e o acesso das empresas, consultores e banca nacionais relativamente aos instrumentos de financiamento disponibilizados pelas IFI (seja prestação de serviços e aquisição de bens, seja projetos de investimento), designadamente através da organização de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Business Opportunities Seminars</i> e missões empresariais no âmbito do Grupo de Trabalho conjunto com a aicep Portugal Global - Seminário de Oportunidades de Financiamento do BEI - Seminário de alto nível sobre o BAsD, com <i>Managing Director</i> e vários Diretores-Gerais do Banco - Visita do Gerente-Geral da Corporação Interamericana de Investimento - Evento de promoção do ConnectAmericas - Visitas institucionais de boas práticas em modernização administrativa e PPPs (BID e BM), abrindo eventuais portas à prestação de serviços empresariais <p>* Retomar as reuniões anuais dos representantes nacionais nos Conselhos de Administração das IFIs</p> <p>* Renovar o Memorando de Entendimento entre a aicep Portugal Global e o BAfD relativo ao InovContacto</p> <p>* Avaliação da relevância e da continuidade do Portal das Parcerias para o Desenvolvimento (www.pdesenvolvimento.pt)</p> <p>* Consolidar a rede de contactos no seio das IFI e entre as entidades participantes na Comissão de Acompanhamento do MAMMF e reforçar a cooperação institucional com a aicep Portugal Global nas atividades de promoção da internacionalização das empresas, consultores e banca nacionais, prosseguindo os objetivos do Acordo de Parceiros estabelecido entre as duas organizações</p>

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO3 Assegurar a preparação e/ou representação do MF nas reuniões das IFI e em reuniões bilaterais	30%	14 Percentagem de reuniões multilaterais com representação assegurada	[70;80%]	50%	Preparar e participar em reuniões multilaterais (BAfD, BASD, BM, BID, BERD, BEI, CEB, AIIB, CAF, FIDA, FCPB, UE-CPE): * Anuais dos Conselhos de Governadores; * De coordenação da tomada de posição em sede dos grupos de voto dos Conselhos de Administração (e, quando aplicável, representação de Portugal ao nível do referido Conselho de Administração, como é o caso do BAfD, do BID, do BERD, do CEB, e do FCPB); * De negociação e acompanhamento da utilização dos Fundos nacionais de Cooperação Técnica; * Das reconstituições de recursos de janelas concessionais; * Dos comités e facilidades no âmbito dos mecanismos de <i>blending</i> da União Europeia e do mandato externo do BEI (em coordenação com Ministério dos Negócios Estrangeiros, com o Instituto Camões e com a SOFID); * Do subgrupo do Comité de Política Económica da União Europeia para energia e alterações climáticas (em coordenação com o Ministério do Ambiente).
		15 Percentagem de reuniões bilaterais com representação assegurada	[80;90%]	50%	Preparar o contributo técnico do Ministério das Finanças e participar em reuniões bilaterais: Cimeiras, Comissões Mistas e reuniões de Alto Nível, reuniões técnicas com PALOP e países terceiros, reuniões nacionais de coordenação interministerial (Comissão Interministerial de Cooperação - CIC - e Comissão Interministerial de Política Externa - CIPE). Procurar estimular, sempre que possível, a concretização de iniciativas paralelas que potenciem, po ex., a internacionalização de empresas, consultores e banca nacional.
OO4 Assegurar a divulgação de informação relativa à atividade da área internacional	10%	16 N.º de Newsletters publicadas	[5;9]	100%	Aumentar a periodicidade da newsletter da área internacional do GPEARI de trimestral para mensal

Objetivos	Peso do Objetivo	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO5 Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	15%	17 % de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5%;98,5%]	100%	De forma muito sucinta, destacam-se as seguintes atividades: 1. Responder a solicitações nas áreas bilateral e multilateral: envio de contributos para a definição da posição nacional em diversos <i>fora</i> internacionais; emissão de pareceres no âmbito da Eficiência e Eficácia da Ajuda, bem como sobre o financiamento de projetos por <i>Trust Funds</i> Bilaterais, entre outros; 2. Elaborar pareceres sobre propostas de criação/renovação de instrumentos financeiros (Linhas de Crédito, Empréstimos, Acordos de Reestruturação da Dívida, entre outros) e acompanhamento da sua execução; 3. Responder a questionários e compilação de dados estatísticos para reporte da APD ao MNE.
OO6 Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	18 Grau de satisfação dos utilizadores do DCRI	[4,0;4,2]	100%	<i>Aplicação do inquérito de satisfação da responsabilidade do DADO.</i>

5.7. DADO | DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Quadro 9 | Objetivos, indicadores, metas e atividades do DADO

Objetivos	Peso do Objeto	Indicadores	Meta	Peso do Indicador	Atividades	
OO. 01 Assegurar a implementação do SIADAP 1 nos Serviços do MF e fomentar a harmonização de metodologias e procedimentos entre os vários Ministérios	30%	ID.01	Prazo de validação dos QUAR 2018 dos serviços	[8;12]	35%	*Apoiar a identificação dos indicadores do desempenho e os mecanismos de operacionalização dos parâmetros de avaliação - eficácia, eficiência e qualidade *Validar os objetivos, indicadores e metas constantes dos QUAR dos serviços do MF
		ID.02	Prazo para emissão de pareceres com análise crítica das autoavaliações	[17;27]	40%	*Elaborar pareceres com análise crítica das autoavaliações constantes dos relatórios de atividades elaborados pelos serviços do MF
		ID.03	Nº documentos técnicos elaborados, reuniões preparadas, no âmbito do GT CCAS, Relatório de análise comparada e relatórios de monitorização intercalar	[3;7]	25%	*Elaborar propostas de melhoria da aplicação do SIADAP 1 *Elaborar guiões de orientação e instrumentos de divulgação de boas práticas para divulgação junto dos serviços do MF *Preparar reuniões do Conselho Coordenador de Avaliação de Serviços *Preparar e presidir às reuniões do GT CCAS *Monitorizar a execução dos QUAR dos serviços do MF *Elaborar Relatório de Análise Comparada do desempenho de todos os serviços do ministério *Avaliar políticas e programas
OO. 02 Coordenar o processo de planeamento do GPEARI	10%	ID.04	Nº documentos e relatórios elaborados	[5;9]	100%	*Apoiar e coordenar a elaboração do QUAR, do Plano de Atividades e do Relatório de Atividades do GPEARI *Apoiar e coordenar a monitorização do QUAR e do PA do GPEARI
OO. 03 Assegurar a coordenação da monitorização do Programa Pagar a Tempo e Horas	10%	ID.05	Nº documentos elaborados	[2;4]	100%	*Elaborar relatórios de monitorização *Coordenar a publicitação dos prazos médios de pagamento
OO. 04 Assegurar a implementação da política de Igualdade de Género no MF	5%	ID.06	Nº de reuniões preparadas e documentos elaborados	[4;8]	100%	*Participar nas reuniões do Conselho Consultivo da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, da Comissão interministerial da CIG e do Grupo de Trabalho do V PNI *Coordenar a implementação do Plano para a Igualdade de Género do MF

Objetivos		Peso do Objeto	Indicadores		Meta	Peso do Indicador	Atividades
OO.05	Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património e TIC	30%	ID.07	Grau de satisfação dos utilizadores internos da DSIR	[3,6;4]	100%	<ul style="list-style-type: none"> *Assegurar o apoio técnico e administrativo nas áreas de recursos humanos, financeiros, aprovisionamento e património, em coordenação com a Secretaria-Geral do MF *Coordenar a aplicação da avaliação de desempenho de dirigentes e trabalhadores; *Promover a realização de procedimentos concursais para provimento de cargos de direção intermédia; *Assegurar os serviços de expediente e arquivo *Planear e coordenar a definição estratégica dos sistemas e tecnologias de informação do GPEARI, garantindo a sua qualidade e eficiência; *Apoiar a definição das políticas e objetivos relativos aos sistemas e tecnologias de informação; *Controlar as condições de otimalidade no funcionamento dos sistemas e tecnologias de informação ao nível da organização, designadamente quanto às suas funcionalidades, desempenho e qualidade da informação; *Assegurar a recolha e tratamento da informação de base à produção de estatísticas macroeconómicas e de indicadores e de outra informação de gestão.
OO.06	Assegurar a resposta atempada a solicitações internas	5%	ID.08	Prazo médio de resposta do helpdesk (dias úteis)	[1,3;1,5]	100%	<ul style="list-style-type: none"> *Responder a pedidos do helpdesk (TIC)
OO.07	Assegurar a resposta atempada a solicitações externas	5%	ID.09	% de solicitações respondidas dentro do prazo fixado	[97,5;98,5]	100%	<ul style="list-style-type: none"> *Responder atempadamente a pedidos externos
OO.08	Melhorar a projeção externa do GPEARI	5%	ID.10	Grau de satisfação dos utilizadores do DADO	[4;4,2]	100%	<ul style="list-style-type: none"> *Elaborar, aplicar e tratar questionários

6. RECURSOS HUMANOS

No que diz respeito aos recursos humanos, estavam em funções no GPEARi a 31 de dezembro de 2016 apenas 53 colaboradores, número aquém das reais necessidades do Gabinete e do total de postos de trabalho aprovados (75). Para 2017, o número de postos de trabalho previsto no mapa de pessoal é de 76, esperando-se que o mesmo venha a ser totalmente preenchido.

Quadro 10 | Postos de trabalho previstos para 2017

	Nº de postos de trabalho
Diretor-Geral	1
Subdiretor-Geral	2
Diretor de Serviços	6
Chefe de Divisão	8
Chefe de Equipa Multidisciplinar	1
Técnico Superior Especialista em Orçamento e Finanças Públicas	45
Técnico Superior	4
Coordenador Técnico Informática	1
Técnico de Informática	3
Assistente Técnico	4
Assistente Operacional	1
TOTAL	76

7. RECURSOS FINANCEIROS

A dotação inicial do orçamento atribuído ao GPEARI para 2017 ascende a 3,3 milhões de euros, subdividido em orçamento de “Funcionamento” (cerca de 75%) e orçamento de “Cooperação” (cerca de 25%) - detalhe em Anexo.

Os recursos financeiros atribuídos ao GPEARI têm vindo a decrescer substancialmente ao longo dos últimos anos, principalmente no agrupamento relativo à aquisição de bens e serviços, cuja quebra para 2017 face a 2016 é de 43,3%, com especial destaque para a rubrica relativa às deslocações e estadas (-30%), situação que é bastante crítica, uma vez que o GPEARI garante a representação do Ministério das Finanças em variados grupos e fóruns que implicam a presença em reuniões e eventos no estrangeiro.

Quadro 11 | Dotação Inicial do GPEARI para 2016 e 2017

	Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ
Despesas com o pessoal	2.453.983€	2.270.059€	-7,5%	663.511€	657.817€	-0,9%	3.117.494€	2.927.876€	-6,1%
Aquisição de bens e serviços	446.814€	234.520€	-47,5%	234.818€	151.700€	-35,4%	681.632€	386.220€	-43,3%
Transferências correntes	0€	10.272€	n.a.	0€	0€	n.a.	0€	10.272€	n.a.
Outras despesas	0€	0€	n.a.	0€	250€	n.a.	0€	250€	n.a.
Aquisição de bens de capital	80.128€	36.500€	-54,4%	20.000€	0€	-100,0%	100.128€	36.500€	-63,5%
Total	2.980.925€	2.551.351€	-14,4%	918.329€	809.767€	-11,8%	3.899.254€	3.361.118€	-13,8%

8. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A modernização administrativa é uma das esferas de atuação consideradas prioritárias para os próximos anos, sedimentada na implementação de reformas relevantes de modernização do Estado, que valorizam as suas funções e reforçam a capacidade de resposta aos desafios da economia e da sociedade.

Neste contexto, dá-se resposta à obrigatoriedade imposta pelo artigo 40º do Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, de integrar nos planos e relatórios de atividades anuais um capítulo sobre as medidas de modernização administrativa a desenvolver. As medidas previstas passam, designadamente, por alterações que visem a desburocratização, qualidade e inovação, devendo ser avaliada a sua aplicação em cada ano e efetuada a previsão das poupanças associadas a tais medidas.

O GPEARI tem vindo, nos últimos anos, a implementar medidas que visam a melhoria da qualidade dos serviços prestados, bem como a introdução de novas funcionalidades ao nível do planeamento e da gestão documental. Em particular neste domínio, a implementação do sistema de gestão documental permitiu a desmaterialização de alguns procedimentos, garantindo a rastreabilidade da documentação, continuando a ser uma ferramenta essencial no trabalho quotidiano.

O GPEARI prevê alargar a base das medidas de modernização administrativa que tenciona implementar através da elaboração e implementação de um Manual de Procedimentos Internos – transversais e específicos – que irá envolver a reengenharia de processos, nomeadamente por via da eliminação de atividades redundantes e maior controlo e acompanhamento dos processos críticos da sua atividade, promovendo ganhos de eficiência e produtividade, através da modernização dos processos.

ANEXO

(em euros)

Dotação Inicial	Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total			
	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ	
D.01	Despesas com o pessoal	2,453,983	2,270,059	-7.5%	663,511	657,817	-0.9%	3,117,494	2,927,876	-6.1%
D.01.01	Remunerações certas e permanentes	1,947,830	1,805,436	-7%	487,090	493,582	1.3%	2,434,920	2,299,018	-5.6%
D.01.01.03	Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1,551,431	1,443,786	-7%	384,162	397,458	3.5%	1,935,593	1,841,244	-4.9%
D.01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	1,000	0	-100%	0	0	n.a.	1,000	0	-100.0%
D.01.01.11	Representação	54,533	51,377	-6%	14,338	15,415	7.5%	68,871	66,792	-3.0%
D.01.01.12	Suplementos e prémios	11,669	2,749	-76%	10,000	0	-100.0%	21,669	2,749	-87.3%
D.01.01.13	Subsídio de refeição	74,913	68,710	-8%	14,470	14,467	0.0%	89,383	83,177	-6.9%
D.01.01.14.SF.00	Subsídios de férias	127,142	119,407	-6%	32,060	33,121	3.3%	159,202	152,528	-4.2%
D.01.01.14.SN.00	Subsídios de Natal.	127,142	119,407	-6%	32,060	33,121	3.3%	159,202	152,528	-4.2%
D.01.02	Abonos variáveis ou eventuais	41,000	30,500	-26%	34,000	35,000	2.9%	75,000	65,500	-12.7%
D.01.02.02	Horas extraordinárias	0	3,500	n.a.	0	0	n.a.	0	3,500	n.a.
D.01.02.04	Ajudas de custo	40,000	27,000	-33%	23,000	26,000	13.0%	63,000	53,000	-15.9%
D.01.02.12.A0.00	Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	1,000	0	-100%	1,000	0	-100.0%	2,000	0	-100.0%
D.01.02.13.A0.00	Outros suplementos e prémios	0	0	n.a.	10,000	9,000	-10.0%	10,000	9,000	-10.0%
D.01.03	Segurança Social	465,153	434,123	-7%	142,421	129,235	-9.3%	607,574	563,358	-7.3%
D.01.03.01.A0.00	Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.01.03.02	Outros encargos com a saúde	1,000	0	-100%	500	0	-100.0%	1,500	0	-100.0%
D.01.03.03	Subsídio familiar a crianças e jovens	632	632	0%	0	0	n.a.	632	632	0.0%
D.01.03.04	Outras prestações familiares	3,000	0	-100%	0	0	n.a.	3,000	0	-100.0%
D.01.03.05.A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	220,986	228,823	4%	57,691	47,345	-17.9%	278,677	276,168	-0.9%
D.01.03.05.A0.B0	Segurança Social	215,927	181,060	-16%	68,785	66,445	-3.4%	284,712	247,505	-13.1%
D.01.03.05.A0.C0	Contrib. para a Seg. Social - Outras	23,608	23,608	0%	15,445	15,445	0.0%	39,053	39,053	0.0%

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2016	2017	Δ	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ
D.02	Aquisição de bens e serviços	446,814	234,520	-48%	234,818	151,700	-35.4%	681,632	386,220	-43.3%
D.02.01	Aquisição de bens:	36,902	26,000	-30%	0	0	n.a.	36,902	26,000	-29.5%
D.02.01.02	Combustíveis e lubrificantes	10,000	5,000	-50%	0	0	n.a.	10,000	5,000	-50.0%
D.02.01.04	Limpeza e higiene	1,500	1,500	0%	0	0	n.a.	1,500	1,500	0.0%
D.02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	3,690	2,000	-46%	0	0	n.a.	3,690	2,000	-45.8%
D.02.01.08	Material de escritório	15,000	0	-100%	0	0	n.a.	15,000	0	-100.0%
D.02.01.08.A0.00	Material de escritório - Papel	0	4,000	n.a.	0	0	n.a.	0	4,000	n.a.
D.02.01.08.C0.00	Material de escritório - Outros	0	8,000	n.a.	0	0	n.a.	0	8,000	n.a.
D.02.01.08.A0.09	Material de Escritório - Anos Findos	0	0	n.a.	0	0	n.a.	0	0	n.a.
D.02.01.14	Outro material - Peças	1,230	1,500	22%	0	0	n.a.	1,230	1,500	22.0%
D.02.01.18	Livros e documentação técnica	1,000	1,000	0%	0	0	n.a.	1,000	1,000	0.0%
D.02.01.21	Outros bens	4,482	3,000	-33%	0	0	n.a.	4,482	3,000	-33.1%
D.02.02	Aquisição de serviços:	409,912	208,520	-49%	234,818	151,700	-35.4%	644,730	360,220	-44.1%
D.02.02.02	Limpeza e higiene	2,050	3,000	46%	0	0	n.a.	2,050	3,000	46.3%
D.02.02.03	Conservação de bens	20,367	5,000	-75%	3,000	0	-100.0%	23,367	5,000	-78.6%
D.02.02.06	Locação de material de transporte	17,220	17,000	-1%	0	0	n.a.	17,220	17,000	-1.3%
D.02.02.08	Locação de outros bens	27,660	0	-100%	0	0	n.a.	27,660	0	-100.0%
D.02.02.09.C0.00	Comunicações Fixas de Voz	15,306	2,000	-87%	0	0	n.a.	15,306	2,000	-86.9%
D.02.02.09.D0.00	Comunicações móveis	9,000	9,000	0%	0	0	n.a.	9,000	9,000	0.0%
D.02.02.09.F0.00	Outros Serviços de Comunicações	407	600	47%	0	0	n.a.	407	600	47.4%
D.02.02.10	Transportes	7,000	4,940	-29%	12,996	0	-100.0%	19,996	4,940	-75.3%
D.02.02.11	▾ apresentação dos serviços	8,000	2,000	-75%	2,500	0	-100.0%	10,500	2,000	-81.0%

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2016	2017	Δ	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ
D.02.02.12.A0.00	Seguros - Estágios Profissionais na AP	150	150	0%	0	0	n.a.	150	150	0.0%
D.02.02.12.B0.00	Seguros - Outras	350	350	0%	2,000	0	-100.0%	2,350	350	-85.1%
D.02.02.13	Deslocações e estadas	218,627	121,360	-44%	168,591	146,700	-13.0%	387,218	268,060	-30.8%
D.02.02.13.A0.09	Deslocações e estadas - Anos findos	0	0	n.a.	6,142	0	-100.0%	6,142	0	-100.0%
D.02.02.15.B0.00	Formação - Outras	20,000	0	-100%	10,000	0	-100.0%	30,000	0	-100.0%
D.02.02.19.A0.00	Assist. Técnica - Equipamento informático (Hardware)	30	1,000	3233%	0	0	n.a.	30	1,000	3233.3%
D.02.02.19.B0.00	Assist. Técnica - Software Informático	30,423	17,000	-44%	0	0	n.a.	30,423	17,000	-44.1%
D.02.02.19.C0.00	Assist. Técnica - Outros	1,268	1,000	-21%	0	0	n.a.	1,268	1,000	-21.1%
D.02.02.20.A0.00	Outros Trab.Especializ. - Serv. Natureza Informática	24,146	20,000	-17%	0	0	n.a.	24,146	20,000	-17.2%
D.02.02.20.B0.00	Outros Trab.Especializ. - Pagamentos à GeRAP	1,888	3,120	65%	0	0	n.a.	1,888	3,120	65.3%
D.02.02.20.C0.00	Outros Trab.Especializ. - Outros	0	0	n.a.	4,920	0	-100.0%	4,920	0	-100.0%
D.02.02.25.B0.00	Preparação e custas judic. DL 224-A/96	1,020	0	-100%	0	0	n.a.	1,020	0	-100.0%
D.02.02.25.E0.00	Outros serviços	5,000	1,000	-80%	24,669	5,000	-79.7%	29,669	6,000	-79.8%
D.04	Transferências correntes	0	10,272	n.a.	0	0	n.a.	0	10,272	n.a.
D.04.08	Famílias	0		n.a.	0		n.a.	0		n.a.
D.04.08.02.A0.00	Estágios Profissionais na AP	0	10,272	n.a.	0	0	n.a.	0	10,272	n.a.
D.06	Outras despesas		0	n.a.		250	n.a.	0	250	n.a.
D.06.02				n.a.			n.a.	0		n.a.
D.06.02.03.R0.00	serva		0	n.a.		250	n.a.	0	250	n.a.

(em euros)

Dotação Inicial		Orçamento Funcionamento			Orçamento Cooperação			Orçamento Total		
		2016	2017	Δ	2016	2017	Δ	2016	2017	Δ
D.07	Aquisição de bens de capital	80,128	36,500	-54%	20,000	0	-100.0%	100,128	36,500	-63.5%
D.07.01	Investimentos	80,128	36,500	-54%	20,000	0	-100.0%	100,128	36,500	-63.5%
D.07.01.03.A0.B0	Edifícios.	0	5,000	n.a.	0	0	n.a.	0	5,000	n.a.
D.07.01.07.A0.B0	Equipamento de informática - Outros	47,844	15,000	-69%	20,000	0	-100.0%	67,844	15,000	-77.9%
D.07.01.08.A0.B0	Software informático - Outros	3,000	3,000	0%	0	0	n.a.	3,000	3,000	0.0%
D.07.01.09.A0.B0	Equipamento administrativo - Outros	22,802	6,000	-74%	0	0	n.a.	22,802	6,000	-73.7%
D.07.01.10.A0.B0	Equipamento básico - Outros	6,482	7,500	16%	0	0	n.a.	6,482	7,500	15.7%
	Total	2,980,925	2,551,351	-14%	918,329	809,767	-11.8%	3,899,254	3,361,118	-13.8%

ACRÓNIMOS

ACP	África, Caraíbas e Pacífico
aicep Portugal Global	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ASEM	<i>Ásia-Europe Meeting</i>
AWG	<i>Working Group on Ageing Population and Sustainability</i>
BAfD	Banco Africano de Desenvolvimento
BASD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BC/FT	Branqueamento de Capitais / Financiamento ao Terrorismo
BCE	Banco Central Europeu
BEI	Banco Europeu de Investimento
BERD	Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BMEP	Boletim Mensal de Economia Portuguesa
CA	Conselho de Administração
CAF	Corporação Andina de Fomento
CCAS	Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços
CE	Comissão Europeia
CEB	Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa
CEF	Comité Económico e Financeiro
CG	Conselho de Governadores
CIAE	Comissão Interministerial para os Assuntos Europeus
CIC	Comissão Interministerial de Cooperação
CIPE	Comissão Interministerial de Política Externa
CNDH	Comissão Nacional para os Direitos Humanos
CPE	Comité de Política Económica
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSE	Conselho Superior de Estatística
DADO	Departamento de Avaliação e Desenvolvimento Organizacional
DAEP	Departamento de Análise, Estudos e Previsão
DCRI	Departamento de Cooperação e Relações Internacionais
DGAE	Direcção-Geral dos Assuntos Europeus do MNE
DMSPL	Departamento de Mercados, Serviços e Política Legislativa
DPE	Departamento de Política Europeia
DPPF	Departamentos de Políticas e Finanças Públicas
ECOFIN	Conselho para as Questões Económicas e Financeiras
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre
ESAME	Estrutura para o Acompanhamento da Execução do Memorando de Entendimento
ESM	European Stability Mechanism

ESM BoD	European Stability Mechanism Board of Directors
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSC	Financial Services Committee
FUESEN	Grupo de Trabalho para a Constituição de um Ficheiro Único de Unidades Estatísticas do Sistema Estatístico Nacional
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais
GT	Grupo de Trabalho
GT C. S. Saúde	Grupo de Trabalho da Conta Satélite da Saúde
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
IGCP	Agência de Gestão da tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.
INE	Instituto Nacional de Estatística
LIME	Working Group on the Methodology to Assess Lisbon Related Structural Reforms
MAMMF	Mecanismo de Acompanhamento do mercado das multilaterais financeiras
MF	Ministério das Finanças
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OGWG	Output Gap Working Group
OMC	Organização Mundial do Comércio
PAEF	Programa de Assistência Económica e Financeira
PICAT Aduaneiro-CPLP	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica na área Aduaneira
PICAT IGF-CPLP	Programa Integrado de Cooperação e Assistência Técnica na área da IGF
PICATFin	Programas Integrados de Cooperação e Assistência Técnica em Finanças Públicas
PLOP	Países de Língua Oficial Portuguesa
PNI	Plano Nacional para a Igualdade
PPS-PPM	<i>Post Programme Surveillance - Post-Programme Monitoring</i>
PT	Portugal
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
REPER	Representação Permanente de Portugal junto da UE
SCIMF	Sub-Committee on IMF Issues
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SOLVIT	Rede de Resolução de Problemas do Mercado Interno
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
UB	União Bancária
UE	União Europeia
UMC	União dos Mercados de Capitais
UTAO	Unidade Técnica de Acompanhamento Orçamental